



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.379/2024
Pregão Eletrônico nº ____/2024
Contrato nº ____/2024

MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS
DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA _____

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na _____, em _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, portador do RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.379/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO (1.1 a 1.2)

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, a serem prestados nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se a quantidade mínima de postos necessários para a sua execução. O quantitativo mínimo de postos, bem como a carga horária definida para a prestação dos serviços encontram-se descritos abaixo:

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Postos		
			Área a ser limpa (m²)	Supervisor	Encarregado	Servente



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

1	24023	Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial para as Unidades do TRT24, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços.	55.888,78 m²	1	1	48
----------	--------------	--	-------------------------	----------	----------	-----------

1.3. Os serviços serão prestados conforme disposições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e legislação complementar.

1.4 As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO (5.2 a 5.10)

2.1. Este contrato observará o regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sua vigência será de 20 (vinte) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.

2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a alteração da razão social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas no contrato original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

2.3.1. no caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

2.3.2. no caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.

2.4. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- 2.5. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- 2.6. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.
- 2.7. A vantagem econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:
- 2.7.1. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei;
- 2.7.2. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).
- 2.8. Em caso de prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período deverão ser eliminados como condição para renovação, salvo quando for necessária a substituição, ao término da vida útil, dos itens especificados na planilha de custos e formação de preços para 'máquinas e equipamentos'.
- 2.9. É condição para a caracterização da execução completa do contrato a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e do FGTS referente à mão de obra utilizada.
- 2.9.1. A regularidade das obrigações trabalhistas mensais e referentes a todo o período contratual podem ser revistas a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA prestar as informações e fornecer todos os documentos solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 2.10. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos contratuais e legais decorrentes desta contratação, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

CLÁUSULA 3ª – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (3.1 a 3.5)

- 3.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, incluindo fornecimento de materiais, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.
- 3.2 A CONTRATADA executará serviços de limpeza, conservação e higienização por meio de mão de obra especializada nos prédios da Justiça do Trabalho distribuídos no Estado de Mato Grosso do Sul. A CONTRATADA fornecerá os materiais necessários para a execução dos serviços. Deste modo, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa.
- 3.3 As áreas físicas compreendem áreas internas, áreas externas, esquadrias, fachadas envidraçadas e áreas hospitalares ou assemelhadas. Para cada tipo de área física será adotada a produtividade de referência.
- 3.4 Para a execução dos serviços serão necessários profissionais com habilidades e requisitos específicos, quais sejam:
- 3.4.1 servente de limpeza (faxineiro, auxiliar de limpeza): Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - 5143-20;
- 3.4.2 encarregado de limpeza (encarregado de serviço): Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - 4101-05;
- 3.4.3 supervisor administrativo (Supervisor administrativo interno): Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) - 4101-05.
- 3.5 Demais informações sobre a descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 4ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO

- 4.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:
- 4.1.1. Sustentabilidade (Itens 5.11 a 5.18 do Termo de Referência);
- 4.1.2. Subcontratação (Item 5.19 do Termo de Referência);
- 4.1.3. Garantia da execução (Itens 5.20 a 5.34.2 do Termo de Referência);
- 4.1.4. Modelo de execução do objeto (Item 6 do Termo de Referência);
- 4.1.5. Deveres do CONTRATANTE (Item 7 do Termo de Referência);
- 4.1.6. Deveres da CONTRATADA (Item 8 do Termo de Referência);
- 4.1.7. Vedações à CONTRATADA (Item 9 do Termo de Referência);
- 4.1.8. Modelo de gestão do contrato e fiscalização (Item 10 do Termo de Referência);
- 4.1.9. Critérios de medição e pagamento (Item 11 do Termo de Referência);
- 4.1.10. Recebimento (Item 12 do Termo de Referência);
- 4.1.11. Liquidação (Item 13 do Termo de Referência);
- 4.1.12. Conta depósito-vinculada (Item 14 do Termo de Referência);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

- 4.1.13. Atualização financeira (Item 15 do Termo de Referência);
4.1.14. Reajuste dos preços (Item 16 do Termo de Referência);
4.1.15. Repactuação do contrato (Item 17 do Termo de Referência);
4.1.16. Reequilíbrio econômico-financeiro (item 18 do Termo de Referência);
4.1.17. Penalidades (Item 19 do Termo de Referência);
4.1.18. Defesas e recursos (Item 20 do Termo de Referência);
4.1.19. Aumentos e reduções (Item 21 do Termo de Referência).

CLÁUSULA 5ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (23.1 e 23.2)

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, programa de trabalho 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), para o exercício de 2025, categoria econômica nº 3 (Serviços e Materiais de Consumo Diversos), sob item SIGEO-JT nº 151252025417726, conforme classificação abaixo:

PTRES: ____

Elemento de Despesa: 3.3.90.37

Nota de empenho: 2024NE ____

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 6ª – DO VALOR (22.1)

6.1. O valor mensal máximo estimado da presente contratação é de R\$ ____ (____), totalizando o valor global estimado de R\$ ____ (____), para 20 (vinte) meses de contratação, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Profissional	Local de Trabalho	Quantidade de Profissionais	Valor mensal do serviço por profissional	Valor mensal do serviço por posto
1	Supervisor	Prédio-Sede do TRT 24ª Região	01		
2	Encarregado	Fórum Trabalhista de Campo Grande	01		
3	Servente	Prédio-Sede do TRT 24ª Região	11		
4	Servente	Prédio-Sede do TRT 24ª Região	06		
5	Servente	Fórum Trabalhista de Campo Grande	08		
6	Servente	Fórum Trabalhista de Campo Grande	03		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

7	Servente	Fórum Trabalhista de Dourados	01		
8	Servente	Fórum Trabalhista de Dourados	01		
9	Servente	Fórum Trabalhista de Três Lagoas	01		
10	Servente	Fórum Trabalhista de Três Lagoas	01		
11	Servente	Vara do Trabalho de Amambai	01		
12	Servente	Vara do Trabalho de Aquidauana	01		
13	Servente	Vara do Trabalho de Bataguassu	01		
14	Servente	Posto Avançado de Cassilândia	01		
15	Servente	Vara do Trabalho de Corumbá	01		
16	Servente	Vara do Trabalho de Coxim	01		
17	Servente	Vara do Trabalho de Fátima do Sul	01		
18	Servente	Vara do Trabalho de Jardim	01		
19	Servente	Vara do Trabalho de Mundo Novo	01		
20	Servente	Vara do Trabalho de Naviraí	01		
21	Servente	Vara do Trabalho de Nova Andradina	01		
22	Servente	Vara do Trabalho de Paranaíba	01		
23	Servente	Vara do Trabalho de Ponta Porã	01		
24	Servente	Vara do Trabalho de Rio Brilhante	01		
25	Servente	Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste	01		
26	Servente	Vara do Trabalho de Chapadão do Sul	01		
Valor mensal estimado dos postos					
Valor mensal estimado dos materiais					
Valor mensal total estimado					



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

Valor global estimado para 20 (vinte) meses	
--	--

CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 8.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o CONTRATANTE providenciará a divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 11 – DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (24.1 a 24.3)

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, ____ de ____ de 2025.

(documento assinado digitalmente)
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)
XXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)
XXX
Chefe do Núcleo de Conservação do Ambiente
de Trabalho

(documento assinado digitalmente)
XXXX
Analista Judiciário

ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA E IMR



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

ANEXO III

**DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº _____, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

_____(Cidade – UF)_____, ____ de _____ de 20____.

(Representante legal da empresa)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 1.379/2024

Pregão Eletrônico nº ____/2024

Contrato nº ____/2024

MINUTA

ANEXO IV

Declaração relativa à Resolução CNJ nº 351/2020 e Resolução Administrativa TRT 24 nº 68/2024 e suas alterações.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, para fins de prova perante o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Termo de Referência, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que está ciente dos termos constantes na Resolução CNJ nº 351/2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e na Resolução Administrativa TRT 24 nº 68/2024, e suas alterações, que institui a Nova Política de Prevenção e Combate da Violência, do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Campo Grande, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal